

**A imprensa britânica e as violações de direitos humanos no Brasil
durante a ditadura militar**

Camila Maria Risso Sales
camilarisso@yahoo.com.br
camilarisso@unifap.br

Universidade Federal do Amapá - Unifap
Área temática: 10. Militares e Regimes Militares

“Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017.”

A imprensa britânica e as violações de direitos humanos no Brasil durante a ditadura militar¹

Resumo

Este artigo objetiva analisar como a imprensa britânica tratou as violações dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil. A campanha contra a tortura lançada na Europa e nos Estados Unidos e a imagem do Brasil criada no mundo desenvolvido foram elementos significativos no combate a estas práticas. O foco especial está na revista *The Economist*, cuja cobertura foi comparada com os jornais *The Times* e *The Guardian*. A abordagem metodológica é a da análise de conteúdo, assim as mais importantes questões e trechos foram divididas em temas e subtemas. Foi possível perceber que as violações de direitos humanos foram tratadas de maneira específica pela *Economist*. Enquanto o *Times* e o *Guardian*, de forma semelhante à mídia americana, deram evidência aos casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos, na *Economist* o tema não teve grande notoriedade. Por exemplo, entre 1973 e 1974 não há nenhuma menção à tortura na revista enquanto no *Times* foram publicados mais de vinte artigos, um número semelhante aparece no *Guardian*. Por outro lado, a imagem mais comum na *Economist* é a do “milagre econômico”, o crescimento do PIB e a liberalização da economia são também frequentes. Assim, a revista parece manter uma linha editorial que subordina a política à economia e enquanto o país estava crescendo e aberto ao investimento estrangeiro recebeu mais atenção. Isso muda depois de 1975 devido a alguns elementos: a crise econômica, um governo mais nacionalista, o assassinato de Vladimir Herzog e a campanha de direitos humanos do governo Carter.

Palavras-chave: Brasil; Ditadura Militar; Direitos Humanos; Imprensa Britânica

1 Introdução

A imprensa teve um papel crucial na denúncia dos casos de violação de direitos humanos no Brasil, especialmente a imprensa estrangeira. Nesse sentido, a imagem internacional do país entre fins dos anos 1960 e meados dos anos 1970 esteve vinculada a prática de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados por parte do Estado contra

¹ Esse paper é parte da pesquisa de doutoramento que foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

cidadãos que se opunham ao regime militar instalado em 1964. Os jornais e revistas europeus e norte-americanos deram visibilidade aos fatos e colaboraram para a resistência. Entretanto, essa não era a única imagem do Brasil que circulava pelas páginas dos periódicos estrangeiros. Quase simultaneamente, os altos índices de crescimento da economia também pareciam interessantes ao observador estrangeiro. Desta forma, as avaliações da imprensa estrangeira no período oscilavam entre o destaque do “milagre econômico” e dos “anos de chumbo”. A imagem positiva da economia era contrabalanceada por críticas ao ambiente político. Contudo, nem todos os veículos da imprensa estrangeira, principalmente os de língua inglesa, tiveram a mesma avaliação sobre a relevância desses fatos. Como exceção, destaca-se a revista britânica *The Economist* e por isso ela é objeto privilegiado deste artigo. Enquanto outros periódicos engajaram-se na campanha contra as violações de direitos humanos no Brasil, o semanário não deu notoriedade ao tema que praticamente não apareceu nas suas páginas entre 1969 e 1975. A opção da revista parece ter sido pelo “milagre econômico” destacado em diversos artigos e editoriais.

A principal comparação com a *Economist* é feita a partir do *The Times* e em alguns momentos recorreremos também ao que foi publicado no *The Guardian* com o intuito de percebermos as similaridades e diferenças no tratamento que importantes veículos da imprensa inglesa deram à questão da violação dos direitos humanos no Brasil.

A metodologia empregada foi a análise de conteúdo. Para a constituição do *corpus* da pesquisa o primeiro passo foi fazer a seleção dos textos. A partir de fontes primárias, o objetivo foi fazer a amostra mais ampla possível obedecendo as regras: 1) da exaustividade, ou seja, uma vez definidos os critérios de seleção, todo o corpus será analisado; 2) da representatividade, assegurando-nos de que o conjunto de textos selecionados fosse representativo do universo inicial; 3) da homogeneidade, isto é, que os princípios utilizados para a seleção dos textos fosse sempre o mesmo e também 4) da pertinência, certificando-nos de que os documentos fossem relevantes enquanto fonte de informação (Bardin, 2007).

Assim, foram selecionados todos os editoriais que mencionaram o Brasil e os artigos em que o *Brazil* apareceu no título e/ou nas palavras-chaves. O objetivo foi ter um panorama geral de quais temas foram abordados na revista para que pudéssemos perceber a importância relativa da temática da violação dos direitos humanos e depois fazer a comparação com os jornais selecionados.

Após a finalização da fase de compilação seguiu-se um inventário e a classificação das notícias em unidades temáticas gerais. Durante a leitura foram selecionados os assuntos considerados mais significativos, o que permitiu uma primeira classificação em temas e a posterior divisão em subtemas. Desta forma, a categorização foi feita a partir de unidades de registro, ou seja, um conjunto de palavras, expressões, locuções. Mesmo com uma coleta sistemática e uma análise exaustiva dos dados somos conscientes das limitações intrínsecas a esse tipo de trabalho. Conferir inteligibilidade a discursos, classificar temas e subtemas é uma tarefa pessoal e, invariavelmente, um tanto arbitrária.

2 Contexto histórico – A *Economist* e o golpe de 1964

O início da década de 1960 foi politicamente tumultuado. O governo Jânio Quadros terminou em renúncia em agosto de 1961. João Goulart acabou empossado depois de uma tentativa de impedimento pelos ministros militares e de um acordo para que assumisse a presidência em um regime parlamentarista convertido novamente em presidencialismo em 1963. A instabilidade era patente e setores conservadores da sociedade manifestavam-se diariamente contra o governo que representava, na visão destes, a ameaça comunista. Dentre os diversos momentos de tensão considera-se que tanto o discurso do presidente no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, em que defendeu as reformas agrária, fiscal, política e educacional, as reformas de base, quanto aquele realizado na reunião da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, os estopins para o Golpe de 1º de abril (Santos, 1978; 1986). As Forças Armadas com o apoio da Igreja Católica, de boa parte da imprensa e de vários setores da sociedade civil assumiram o poder (Toledo, 2014).

O primeiro general alçado à presidência foi Humberto de Alencar Castelo Branco. A edição dos Atos Institucionais dera liberdade ao governo militar para alterar a Constituição, cassar mandatos, suspender direitos políticos, dissolver os partidos, instituir eleições indiretas e convocar o Congresso Nacional para a redação de uma nova Carta Constitucional. Em 1967, assumiu Costa e Silva que até 1968 procurou manter certa aparência de ordem constitucional, o que muda radicalmente depois do AI-5 (Gaspari, 2002a).

Para a *Economist*, em 1964, as crises e tensões políticas que rondavam o governo João Goulart asseveraram-se e culminaram no golpe. Um editorial e um artigo dão conta dos acontecimentos: a resistência do presidente caíra rapidamente, o pano de fundo era a inflação galopante e o descontentamento do setor agrário e dos trabalhadores. A causa imediata teriam sido as demandas de Goulart por mudanças na Constituição para aumentar seus poderes e tornando-o elegível em 1965. Por isso, levantara-se uma coalizão conservadora que incluía os líderes dos mais importantes estados (Brazil Cracks (ed.), 4 abr. 1964; Mend or End, 4 abr. 1964).

Segundo a revista, o elemento catalizador do golpe foi o discurso da Central do Brasil em que o presidente havia defendido a emancipação dos analfabetos, a expropriação de terras e a reforma constitucional numa tentativa desesperada de sair da impotência. Nesse primeiro momento, classificou a subida dos militares ao poder como um golpe de Estado resultado de uma maquinação dos Estados Unidos, com reflexos desastrosos na América Latina. Logo em seguida, a ideia de golpe é substituída pela de *revolução* que vai ser predominante na cobertura sobre a ditadura militar².

A publicação adiciona que Leonel Brizola, aliado político de Goulart, disse que o Congresso não tinha mais identificação com a população. Avaliou que isso era um ataque à instituição e contribuíra para polarizar mais a oposição. Essa descrição dos fatos não é isenta, tem a tendência de colocar em Goulart e seus aliados a responsabilidade sobre o golpe. A *Economist* se junta ao coro da imprensa local e apoia a suposta intervenção temporária dos militares (Mend or End, 4 abr. 1964).

Às notícias do golpe sucederam-se aquelas sobre a reação da sociedade: o entusiasmo das classes médias e altas e o respeito e a admiração às Forças Armadas foram estampados nos mais importantes jornais. Segundo esta reportagem, uma manifestação no Rio de Janeiro teria reunido mais de um milhão de pessoas. Enfatizava que não havia dúvidas de que a reação de alívio da população era espontânea. Expressou finalmente o que ficara subentendido: “Senhor Goulart provoked his own

² Para o construtivismo é importante a compreensão de como os significados são compartilhados socialmente e a escolha da revista em usar, na maioria das vezes, a terminologia oficial deixa clara a imagem que esta queria passar para seus leitores (Wendt, 1999). No início dos anos 1970, o termo *revolução* é predominante (Governors-General, 2 set. 1972; What follows?, 2 set. 1972). Volta a usar *coup* (golpe) apenas a partir de 1976 (Balanced growth, 31 jul. 1976; Not so much a miracle, 31 jul. 1976; Elephants can't be pink, 4 ago. 1979; Poverty traps, 4 ago. 1979; The fight goes on (ed.), 2 fev. 1980).

expulsion” por seu extremismo e por suas tentativas de destruir a disciplina militar (Roses for the Generals, 11 abr. 1964, p. 131)³.

Apesar de ter deixado a ideia de golpe de lado, ressaltou que algumas atitudes pareceram contrariar a defesa da legalidade, como a prisão de mais de três mil pessoas no estado da Guanabara⁴, o encarceramento do governador de Pernambuco Miguel Arraes e a demissão do economista Celso Furtado da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Roses for the Generals, 11 abr. 1964)⁵.

A publicação concluía que os generais movimentaram-se para salvar a Constituição e acabaram revelando o amadorismo do presidente João Goulart. Define a promulgação do primeiro AI como necessária para por fim à ameaça comunista e limpar a bagunça financeira (Shipshape, Army Style?, 18 abr. 1964). O início do governo Castelo Branco foi visto com desconfiança, mas uma mudança de perspectiva parece ser paulatinamente criada a partir de meados de 1964. Eram animadoras as notícias sobre a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que abriria espaço para que o capital estrangeiro fosse tratado da mesma forma que o nacional (Three in One, 6 jun. 1964).

A *Economist* fez algumas críticas, como à cassação dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek e a intervenção no governo de Goiás⁶. Tinha convicção de que o país precisava livrar-se do comunismo e ajustar a economia, mas não concordava plenamente com a supressão das liberdades políticas. A partir do momento em que a política econômica do governo Castelo Branco começa a tomar forma as críticas ao regime ficam mais raras (One Way to Win, 13 jun. 1964; Hard Right Turn, 12 dez. 1964).

Com o sugestivo título “Back to almost normal” fazia elogios às medidas de austeridade, como a restrição ao crédito, o ajuste fiscal e a rigidez na cobrança de impostos, tomadas pelo ministro Roberto Campos (15 mai. 1965). De modo geral, ajuizava que o plano teria diversos avanços como: um orçamento mais balanceado, o incremento das exportações, novas regras para cobrança de impostos, aumento

³ As causas do golpe foram discutidas em diversos trabalhos no Brasil. Sobre a ideia de que um dos elementos fundamentais foi a paralisia decisória do governo Goulart ver: Santos (1986).

⁴ O estado da Guanabara ficava no território que compreende hoje o município do Rio de Janeiro e onde esteve localizado o Distrito Federal

⁵ A prisão de Celso Furtado foi tida como injustificável: “so ‘dangerous a communist’ that one of the jobs he has been offered is a professorship at Yale University” (Gorillas or Reformers?, 30 mai. 1964, p. 936)

⁶ O Supremo Tribunal Federal havia concedido um *habeas corpus* ao governador Mauro Borges, como não foi possível cassá-lo de imediato, em novembro o governo Castelo Branco decidiu decretar a intervenção federal no estado.

significativo das reservas externas e a abolição de alguns subsídios. Além disso, a inflação estaria mais controlada do que no período de “demagogia caótica” de Goulart. Outro elemento que considerou importante foi a criação do Banco Central em 1965: significava que haveria disciplina monetária e uma nova ordem ao sistema (Rule by faulty computer, 3 set. 1966; Brazil's New Order, 26 nov. 1966)⁷.

Nesse cenário, entende-se que na *Economist*, a política fica subordinada à economia. A partir do momento em que são tomadas as medidas de austeridade sempre recomendadas pela revista a postura crítica desaparece e os elogios do campo econômico estendem-se para a política, como podemos ver nessa descrição de Castelo Branco: “With caution and finesse, the president is trying to clean up the mess left by his predecessor and, even more difficult, to ensure that the ‘revolution against the communism and corruption’ continues after the promised elections in November 1966” (Angry revolutionaries, 17 jul. 1965, p. 230). A suavização da crítica que começou em matérias cujos títulos eram: “Cleaning up the past”, “Back to almost normal”, “Power for a young giant” e “Good conduct prize” chega ao ápice no artigo “How undemocratic?”. Neste, o governo Castelo Branco foi classificado como o mais sensato da América Latina, defendendo ainda que o presidente poderia adiar as eleições para que completasse o período correspondente a um mandato (9 out. 1965).

Apesar de noticiar o fechamento maior do regime com a promulgação do AI-2, a imagem de Castelo Branco é a de um político moderado, que não usava integralmente os poderes de que dispunha (End of the game, 30 out. 1965; The general and black beans, 19 fev. 1966).

Com a certeza de que o candidato à sucessão seria Costa e Silva a publicação via riscos para a política econômica, com redução das medidas de austeridade: “And this, *more than any political change*, would mean an end to the *revolution*” (Rule by faulty computer, 3 set. 1966, p. 901, grifos meus). Evidenciava-se a ideia de que a economia era o motor daquele governo. No entanto, na gestão Costa e Silva surge uma figura crucial. A *Economist* passou a atribuir a Delfim Netto a responsabilidade pela continuidade na linha de atuação da equipe econômica, graças a ele, as taxas de juros caíram e houve recuperação das atividades no campo dos negócios (Redecorating the house that Campos built, 23 set. 1967).

⁷ A inflação teria passado de 90% em 1963 e 86% em 1964 para 46% em 1965 e estaria em 29% até aquele momento em 1966.

3 Do AI-5 até o governo Geisel

Em 1968, houve uma onda de protestos estudantis pelo mundo, cidades como Berlim, Paris, Cidade do México e Berkeley foram tomadas por estudantes. No Brasil, de março a outubro, aconteceram dezenas de manifestações. Um dos episódios mais marcantes foi a morte, no dia 28 de março, do secundarista Edson Luís de Lima Souto em confronto com a polícia no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. O incidente provocou comoção e cerca de cinquenta mil pessoas acompanharam o velório e o enterro do estudante. A partir daí, diversas outras manifestações aconteceram, a maior delas, em 26 de junho, a Passeata dos Cem Mil (Martins Filho, 1987; Codato, 2004).

As greves de Contagem (MG) em abril e de Osasco (SP) em junho também contribuíram para o aguçamento dos ânimos e o governo militar estava cada vez mais próximo de fechar de vez o regime. O elemento derradeiro foram os discursos do deputado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Márcio Moreira Alves, no Congresso Nacional em final de agosto e início de setembro. A princípio pouco notados, foram usados como o elemento desencadeador do AI-5. Somaram-se à crise os artigos publicados no *Correio da Manhã* por Hermano Alves, também deputado pelo MDB. O que se seguiu foi o pedido de cassação dos deputados e de licença para processar Márcio Moreira Alves, recusado pela Câmara (Skidmore, 1988; D'Araújo, s/ano).

No dia 13 de dezembro de 1968, depois de reunião do Conselho de Segurança Nacional, o regime militar decretava o quinto AI. Segundo Maria Celina D'Araújo:

[...] autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, 'com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país'. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República (D'Araújo, s/ano).

O Ato suspendeu os direitos e garantias individuais que ainda restavam e foi a carta branca para a disseminação da violência de Estado. Como consequência houve

uma onda de cassações, prisões, assassinatos, desaparecimentos forçados e torturas no período mais conturbado da ditadura militar.

Em 1969, em função da doença de Costa e Silva e do impedimento do vice Pedro Aleixo assumiu o governo, em 31 de agosto, uma Junta Militar formada pelo General Aurélio de Lira Tavares, pelo Almirante Augusto Rademaker e pelo Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (Martins Filho, 1996; Gaspari, 2002).

Logo em seguida, aconteceu o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick despertando grande interesse da imprensa internacional. Arquitetado por militantes do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e da Ação Libertadora Nacional (ALN), iniciara-se em 4 de setembro e terminara no dia 7 com a libertação de quinze presos políticos que seguiram para o exílio no México e a consequente soltura do embaixador (Gorender, 1987)⁸.

A Junta governou o Brasil até outubro de 1969. A escolha do General Emílio Garrastazu Médici para substituí-la foi anunciada, o Congresso foi reaberto, excepcionalmente, para as eleições e o então chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e seu vice, o Almirante Augusto Rademaker, assumem no dia 30. O futuro da ditadura militar estava agora nas mãos de Médici, que governou até março de 1974. Foi uma fase de radicalização, no campo e na cidade, por parte dos movimentos de esquerda. A resposta do governo foi a violência de Estado, respaldada pelo AI-5.

4 Com a economia mais aberta, o regime fechava-se

Entre 1968 e meados dos anos 1970 duas imagens tornaram-se características nas descrições da conjuntura brasileira: o *milagre econômico* e os *anos de chumbo*. Apesar de imprecisas, elas podem ajudar a compreender o sentido das elaborações da *Economist* e de outros veículos da imprensa britânica nesse período. Uma dessas ideias, a do *milagre* foi francamente assumida pela revista e demonstra a centralidade das questões econômicas e de política internacional.

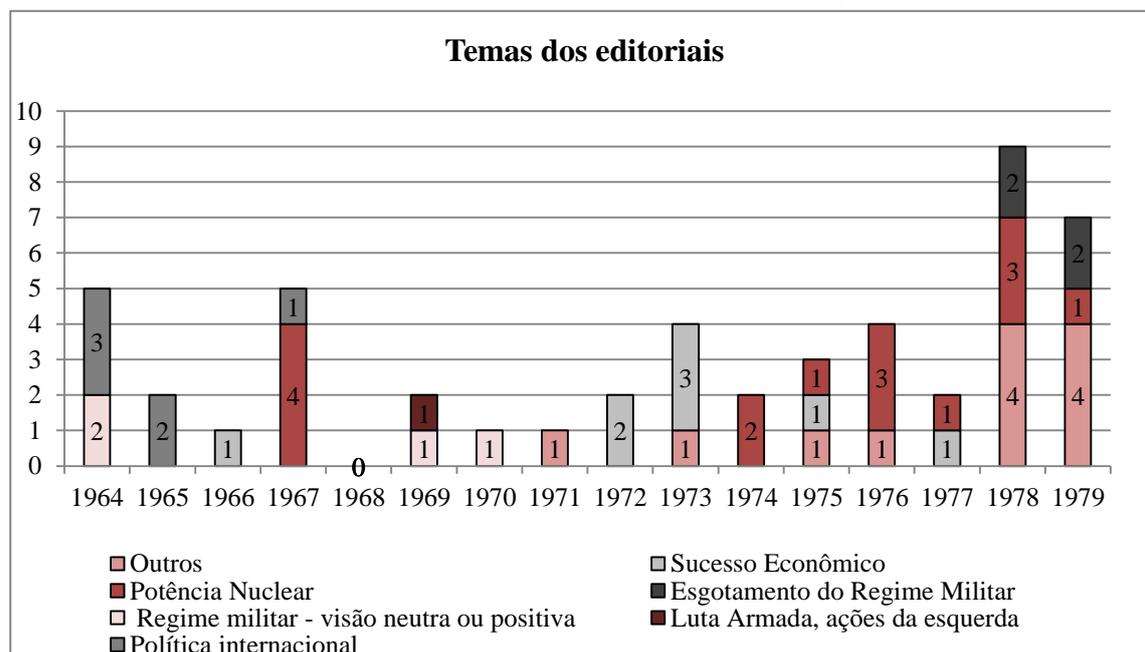
Por outro lado, num período histórico coincidente, houve a supressão quase absoluta dos direitos, garantias e liberdades individuais. A Anistia Internacional avaliou

⁸ Foram libertados: Agonalto Pacheco, Flávio Tavares, Gregório Bezerra, Ivens Marchetti, José Dirceu, José Ibrahim, Leonardo Rocha, Luís Travassos, Maria Augusta Carneiro, Mário Zanconato, Onofre Pinto, Ricardo Vilas Boas, Ricardo Zaratini, Rolando Fratti e Vladimir Palmeira.

que por pelo menos seis anos a polícia e o exército tiveram carta branca para tratar os militantes de esquerda com a crueldade que achavam necessária (Power, 1981).

No gráfico abaixo é possível verificar os principais temas dos editoriais da *Economist* que mencionaram o Brasil. O tratamento do país como uma possível potência nuclear, outras questões de política internacional e o destaque dado ao desempenho da economia foram predominantes até 1973. Nesse período, em nenhum dos 50 editoriais a palavra tortura foi mencionada.

GRÁFICO 1: Temas dos trechos sobre o Brasil nos editoriais (1964-1979)



Fonte: Elaboração própria

Na tabela, estão descritos os temas dos artigos publicados no período. É possível verificar que um número considerável de artigos tratou a política econômica de forma mais positiva, principalmente no período que antecede o governo Geisel. Ao mesmo tempo, as críticas ao regime e a denúncia da repressão são infrequentes.

TABELA 1: Temas dos artigos, por ano (1964-1979)

Subtemas	Ano, 19...																	Total por ano
	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79		
Ações da esquerda					1		2	1									4	
Brasil como possível potência nuclear													1		1		2	
Commodities							2	1		1				4	5	1	14	
Desigualdade (regional/social)					1			1	3				10		1	1	17	
Energia (hidrelétricas, petróleo, etc.)		1								1	1	2	1		2	1	8	
Igreja								1	1					1			3	
Indicadores sociais													4				4	
Indústria		2	1						4				3	1		1	12	
Política econômica - visão crítica/dívida/inflação	1				1								8	1		7	18	

Política econômica - visão positiva	1	3	4	2		1			9	1	2	3	2				27
Política externa brasileira									2				1				3
Redemocratização e críticas ao regime militar										2			4	4	6	2	18
Regime militar - visão neutra ou positiva	7	4	2	2	1	4			2								22
Relações bilaterais		2									1	1	2	1	1		8
Repressão						1	1	1	1			3	2				9
Outros		2							2				1				5
Artigos no ano	7	14	7	4	4	6	5	5	24	3	6	12	37	11	16	13	
Número total de artigos:	174																

Fonte: Elaboração própria

Para a *Economist*, em 1968 a situação política do Brasil estava muito ruim. A causa: ações terroristas e enfrentamentos entre a polícia e os estudantes em protesto. Citava o *Jornal do Brasil* dizendo que o direito à desordem não estaria incluído nos direitos humanos e que as manifestações não tinham apoio dos trabalhadores (Change can only be for the worse, 16 nov. 1968).

Todavia, o elemento em que mais se nota alguma crítica, ainda que não fosse predominante no texto, é quando a revista trata da censura. Assim, argumentou que a “revolução” de 1964 voltava às suas origens autoritárias quando colocava os correspondentes internacionais sob vigilância para que transmitissem apenas notícias favoráveis ao governo (Let democracy wait, 4 jan. 1969). Atacar a liberdade de expressão era uma afronta aos valores fundamentais do liberalismo⁹. Conquanto, continuasse ressaltando os bons resultados da política econômica demarcava que atitudes como essa obscureciam os benefícios administrativos e financeiros trazidos pela “revolução” militar (The gnat that stung Brazil into a spasm, 21 dez. 1968).

Dáí em diante, na *Economist*, o endurecimento do regime não foi mais enfaticamente criticado. Parece que o primeiro impacto do AI-5, da censura e das denúncias de tortura foram sentidos, mas isso muda consideravelmente nos anos seguintes. A consolidação dos índices de crescimento e a abertura da economia sobrepuseram-se às críticas mais contundentes, repetindo-se o que aconteceu logo após o golpe.

Como um sinal disso, a palavra ditadura aparece poucas vezes desde então. A primeira delas na seguinte passagem: “Brazil is settling down after last month’s sudden return to dictatorship, when President Costa e Silva prorogued the national congress indefinitely and returned to rule by decree” (Let democracy wait, 4 jan 1969, p. 22)¹⁰. A impressão que se tem é que o Brasil não vivera um regime ditatorial antes do AI-5. De qualquer forma, havia justificativa para o endurecimento:

⁹ A revista também critica a prisão do jornalista Alberto Dines do *Jornal do Brasil*.

¹⁰ O termo só aparece de novo em 1976.

And since President Costa e Silva's 'humanization' had been accompanied by growing unrest, student violence, attempted strikes, the emergence of left wing priests by the score, the revival of noisy political opposition and other signs of 'indiscipline', the radical military had become more and more certain that the revolution was being undermined (Let democracy wait, 4 jan. 1969, p. 22).

Durante o governo Costa e Silva, a censura, a radicalização do regime e a perda dos direitos políticos de deputados federais, estaduais, prefeitos, juízes, oficiais da reserva e jornalistas foram noticiadas como uma marcha à direita, assim como o método de eleição indireta estendido para governadores e prefeitos (By the right, quick march, 17 mai. 1979).

Como vimos, um dos fatos mais notáveis desse período foi o sequestro do embaixador americano. O periódico defendeu o governo dizendo que apesar da vitória dos revolucionários, esses eram fracos para ameaçar o regime e que a violência não havia aumentado. Assinalava que: “[...] after Stalin and Hitler, no Latin American strongman can fit the term ‘dictator’” (Year of the Guerrilla (ed.), 13 set. 1969). Os grupos de esquerda seriam pouco coesos, pequenos e sem coordenação: “Now, when you analyse the activities of the revolutionary left in Brazil since 1964, the reasons for its eventual collapse become obvious” (Death of a guerrilla, 25 set. 1971). Para a *Economist*, os atos institucionais publicados depois do sequestro, o AI-13 e o AI-14, eram provas do endurecimento do regime.

A Guerrilha do Araguaia surpreendeu a publicação que sustentou que poucos estrategistas acreditavam na possibilidade de uma guerrilha na floresta, mas que esta foi “[...] the only significant terrorist action in Brazil” (Where is the revolution?, 2 set. 1972).

5 As violação dos direitos humanos na mídia britânica

Assim, como o *milagre econômico* tem o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a abertura da economia como pontos focais os *anos de chumbo* são marcados pela temática dos direitos humanos. Como vimos até aqui, a *Economist* tem uma postura

pouco crítica sobre a situação política do país, tendo enaltecido muitas vezes o milagre econômico¹¹.

No início dos anos 1970, o caso das violações de direitos humanos no Brasil foi o de maior repercussão no mundo, segundo a Anistia Internacional (Power, 1981). Não só a imprensa estrangeira, mas organizações de defesa dos direitos humanos tinham seus olhos voltados para a ditadura militar brasileira. Acredita-se que a *Economist*, mesmo tendo se manifestado algumas vezes, optou por não dar destaque ao tema. Para isso, nesta seção será estabelecido um contraponto com a cobertura feita por outros veículos da mídia impressa com foco especial no *The Times*.

Internamente, às ações da esquerda correspondia uma reação desproporcional do regime. O aparato do Estado concentrava-se na captura, tortura e posteriormente na eliminação dos opositores. Não houve nenhuma sutileza na repressão e o AI-5 dava a sustentação legal que a ditadura militar precisava, desenvolvendo-se a estrutura logística e institucional da tortura.

Em 1970, o presidente Médici e o ministro do Exército Orlando Geisel criaram o Sistema de Segurança Interna (Sissegint). Este estabelecido, é difícil negar que a tortura tenha sido uma prática sistemática e institucionalizada. Somam-se os treinamentos feitos por oficiais na Escola da Américas, no Panamá, e também em países como a França e a Inglaterra (Martins Filho, 2015). Anos depois, o próprio Geisel admitiu o uso da tortura e o treinamento dos torturadores no exterior:

Golbery: Mas para começo de conversa? Começam a torturar; para depois então conversar, quebrar o moral do sujeito.

Geisel: É o tal do troço inglês... Foram lá na Inglaterra e estudaram o troço do inglês (Gaspari, 2003, p. 380).

Nesse sentido: “[...] o regime fazia da tortura de presos seu instrumento primordial de investigação, vangloriava-se de seus resultados e não pretendia mudar de posição”(Gaspari, 2002, p. 206).

Os anos em que o Brasil esteve sob o comando de Médici foram os mais brutais em termos de torturas, desaparecimentos, assassinatos e outras violações dos direitos humanos. De acordo com o relatório “Brasil Nunca Mais”, entre 1964 e 1968 foram feitas às Cortes Militares, 488 denúncias de tortura e, apenas em 1969 foram 1027. De 1970 a 1973 foram registradas outras 3479 denúncias. A Comissão Nacional da

¹¹ Para os dados completos sobre os artigos e editoriais que trataram da questão econômica ver: Sales, (2016)

Verdade (CNV) apurou que de 1964 ao final de 1969 foram 61 mortos, de 1970 até o final de 1973 são 76. O número de desaparecimentos sobe muito. De 1964 a 1969 são 12, já de 1970 a 1973 são 142. Esses continuam altos em 1974, 53 (Arns, 1985; Gaspari, 2002; Brasil, 2014)¹².

O discurso do governo era que a polícia agia na medida necessária para acabar com as ações terroristas. As declarações de Médici: “Eu acabei com o terrorismo nesse país” e de Geisel “Era essencial reprimir” e “Acho que a tortura em certos casos, torna-se necessária, para obter confissões” deixam claro que a atitude e o comando, eram outros (Gaspari, 2002, p. 17, p. 18 e p. 37).

Foram relatados milhares de casos no Brasil e no exterior. O de maior repercussão foi o de Vladimir Herzog. Ele era diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo e havia suspeitas de sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Convocado a prestar esclarecimentos, apresentou-se voluntariamente no DOI em São Paulo, em 25 de outubro de 1975 e na mesma noite o Departamento informou que ele tinha se enforcado com a própria gravata (Alves, 1989). Na história da Anistia Internacional o episódio é resumido da seguinte forma:

Vladimir Herzog, was summoned to appear at the military intelligence headquarters in São Paulo. Within hours of presenting himself, he was dead. The official verdict was that he had taken his life by hanging. A death certificate gave the cause of death as suicide. Much later the doctor who signed it admitted he had never seen the body. In October 1978 a São Paulo federal judge ruled that the Brazilian government was responsible for the death of Mr Herzog (Power, 1981, p. 103).

Herzog era o 38º “suicida” do regime, o 18º que teria se matado enforcado e o nono a fazê-lo sem vão livre. Manoel Fiel Filho somava-se a esses números no início do janeiro seguinte (Gaspari, 2004).

Na *Economist*, no final de 1969, a palavra tortura foi mencionada pela primeira vez: “At last there are signs that the as yet unmentioned subject, the torture of political prisoners, is getting under the uniformed skins of Brazil’s leaders” (Who are the terrorists now?, 6 dez. 1969, p. 41). O mesmo artigo reproduz uma notícia da revista

¹² Existem ainda 6 casos de desaparecidos entre 1971 e 1975 que a CNV lista separadamente. São eles: Divo Fernandes D’Oliveira, Israel Tavares Roque, Boanerges de Souza Massa, Amaro Felix Pereira, Tobias Pereira Júnior, Líbero Giancarlo Castiglia, Orlando Momente e João Leonardo da Silva Rocha.

Veja que dava conta de que Médici havia ordenado o fim dos métodos violentos de repressão. Sabe-se, no entanto, que essa nunca foi a real intenção do presidente¹³.

Tanto o *Daily Telegraph* quanto o *Times* já tinham noticiado que o tratamento dos presos políticos no Brasil envolvia a tortura. O último publicara um depoimento de Onofre Pinto: “I have been tortured by beatings and electric shocks applied to all parts of my body. This is the standard treatment of political prisoners in Brazil” (Wigg *et al.*, 1969)¹⁴.

Para a revista, o governo se defendia das acusações das publicações internacionais apontando que os correspondentes eram manipulados pelos militantes da esquerda. No entanto, concluía, era muito improvável que as notícias publicadas na Europa não fossem verdadeiras (Who are the terrorists now?, 6 dez. 1969). Entretanto, a *Economist* não entendia a tortura como uma prática sistemática, foi sempre tratada como um excesso, um incidente ou algo excepcional.

Mesmo as sevícias praticadas contra religiosos e religiosas, que despertaram a atenção da revista, foram noticiadas como situações isoladas. O caso emblemático é o de Madre Maurina, de Ribeirão Preto, os suplícios sofridos pela freira foram os primeiros a aparecerem no semanário:

In November the police announced the smashing of a plot in Ribeirão Prêto [...]. The most spectacular feature, was the alleged involvement of a nun Mother Maurina Borges, in the conspiracy. Church sources said that she had been tortured with electric shocks, whereupon the archbishop of Ribeirão Prêto excommunicated the city's two senior police officers and denounced brutality towards other prisoners, including priests.

This incident came closely after the sensational implication of Dominican friars in Sr Mariguella's murder (Who are the terrorists now?, 6 dez. 1969, p. 41, grifos meus).

Em 1969, a tortura de membros da Igreja Católica também foi noticiada por outros veículos da imprensa inglesa. Mas, foi *apenas* nessas circunstâncias que a *Economist* publicou algo sobre o tratamento dos presos políticos. O comportamento do *The Times* é diferente. Depois de já ter publicado as declarações de Onofre Pinto veiculou uma notícia sobre torturas sofridas pelos estudantes Luís Medeiros de Oliveira

¹³ Acredita-se que um dos textos inaugurais da cobertura internacional sobre a tortura no Brasil seja o editorial do *New York Times*, de 4 de janeiro de 1969, intitulado “Latin America's Jailed News”.

¹⁴ Onofre Pinto foi sargento do Exército e teve seus direitos políticos cassados pelo primeiro AI ainda em 1964. Foi fundador e dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Preso em 2 de março de 1969 foi um dos libertados no sequestro do embaixador americano. Depois de viver exilado no México, em Cuba, no Chile e Argentina, voltou ao Brasil a fim de organizar uma guerrilha na região sul. No dia 13 de julho de 1974 foi preso numa emboscada em Foz do Iguaçu e morto sob tortura. O corpo de Onofre Pinto ainda não foi localizado (Brasil, 2014, v. 3, p. 1705 e ss).

e Elenaldo Celso Teixeira em Recife: “According to documents from Brazil reaching Europe, they were tortured for six days, during which they were moved to 10 different police stations” (Torture of political prisoners in Brazil, 21 nov. 1969). Os presos teriam sido transferidos ainda para um hospital, quando já estavam em coma. Dom Helder Câmara chegou a visitar Oliveira na prisão¹⁵.

The Times tratou a tortura como algo sistemático. Apesar de também ressaltar o caso de Madre Maurina, o jornal assinalou, em mais de uma ocasião, que os maus tratos a presos políticos não eram pontuais:

By November, 19, possibly 30 priests and other members of religious orders were detained. Although torture is a commonplace in Brazil and the torture of priests not exceptional, says *Herder Correspondence*, the torture of a nun apparently represents a new low; Sister Maurina Borges Silveira, charged with letting guerrillas use her convent, was given electrical shock torture. [...] Informed Brazilians know that torture of political prisoners is used systematically by military police to obtain information (P.H.S, 22 jan. 1970, p. 10).

O jornal também noticiou que Médici havia proibido a tortura, mas o tom deste em relação às ações da esquerda é bastante diferente daquele que observamos na revista:

It has been in the name of social justice that Brazilian lawyers, journalists, bank clerks, Roman Catholic priests, former officers and N.C.O.s but above all, students of both sexes, have taken during the past year to conspiring as the only way left to oppose the military regime (Wigg, 4 fev. 1970, p. 7)¹⁶.

Seguindo essa linha, *The Times* deixou de tratar os militantes de esquerda como terroristas já em 1970¹⁷. No editorial “Torture in Brazil” mencionou que o assassinato de um dos assistentes de Dom Helder Câmara teria sido cometido por gangues “terroristas de direita”. Para o jornal: “Torture has been used not merely against the violent urban guerrillas operating in cities such as Rio and São Paulo but against all manner of intellectuals whose loyalty was at all suspect” (Torture in Brazil, 28 mai. 1970, p. 11).

Na *Economist*, o sequestro do Cônsul Geral do Japão foi noticiado no artigo “Balance of *terror*”. Em função dele, foram libertados cinco presos políticos, entre eles

¹⁵ Na ocasião, o religioso enviou uma carta ao governador de Pernambuco, Nilo Coelho, intitulada “Em defesa da pessoa humana” em que denunciava as torturas sofridas pelos estudantes (Câmara e Lamartine, s/ano).

¹⁶ NCO é a sigla para Non-Commissions Officers, equivalente a suboficiais no Brasil.

¹⁷ Havia usado a palavra *terrorista* para se referir aos sequestradores do embaixador americano, Charles Burke Elbrick, no artigo “Brazil rebels set free US Ambassador”, de 8 de setembro de 1969.

Madre Maurina, e Mário “Japa”¹⁸. A revista admitiu o uso de métodos violentos de interrogatório de presos comuns e a extensão desses a presos políticos, mas não a sistematicidade das práticas e nem a responsabilização do Estado por elas (Balance of terror, 21 mar. 1970)¹⁹.

Não só a imprensa estrangeira começava a dar maior atenção ao que vinha acontecendo em relação ao desrespeito dos direitos humanos, mas organizações internacionais também voltavam seus olhares para o tema. Foi o caso da Comissão Internacional de Juristas que publicou o relatório “Police Repression and Tortures Inflicted upon Political Opponents and Prisoners in Brazil”, baseado nas denúncias dos quarenta prisioneiros libertados no sequestro do embaixador alemão²⁰. Para James Green:

Significantly, the report argued that the practice of the premeditated infliction of pain was ‘systematic and scientific’. The document detailed how medical practitioners had collaborated in this effort: ‘By administering medicines and injections, they deprive the prisoner of the benefit of unconsciousness and allow the torturers to go on for several consecutive hours’ (2010, p. 208).

Esse relatório foi objeto de uma importante reportagem do *The Times*. Segundo trechos do relatório reproduzidos pelo jornal, a tortura no Brasil foi uma prática dos órgãos responsáveis por manter a ordem, desenvolvida de maneira sistemática e científica. Além de dizer que:

According to the ICJ the report is based on documents smuggled out of gaols and concentrations camps, evidence from visitors to Brazil, and details provided by the group of political prisoners exchanged last June for the kidnapped West Germany Ambassador who are now in Algiers (McGregor, 23 jul. 1970).

The Times citou ainda a atuação dos médicos na tortura e mencionou os principais tipos de sevícias, o estupro de mulheres, a tortura de crianças e a privação de água e sono. No dia seguinte, publicou a resposta das autoridades brasileiras. Nela, o então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, negou a existência de presos políticos e anunciou a criação de um escritório para contra-atacar as críticas internacionais (Brazil denies torture story, 1970).

¹⁸ Cujo nome verdadeiro era Shizuo Ozawa.

¹⁹ O termo *terrorismo* foi usado para designar as ações da esquerda até 1980 (Guns on the streets (ed.), 30 ago. 1980).

²⁰ A Comissão Internacional de Juristas é uma organização não-governamental, sediada em Genebra, com *status* consultivo na UNESCO (Green, 2010).

Na *Economist*, esta é a única referência ao relatório: “A report by the International Commission of Jurists in Geneva painted a *ghastly* picture of torture as a political weapon in Brazil” (Killers in uniform, 8 ago. 1970, p. 34. grifos meus).

A tortura voltou a ser mencionada na publicação em um artigo sobre o movimento de trabalhadores rurais no Nordeste, em 1971 (Those without hope, 23 jan. 1971). A partir daí, a maioria das referências que a revista faz aos flagelos concentra-se na cobertura da postura assumida por setores da Igreja Católica que denunciavam violações dos direitos humanos e da crise em torno da morte do jornalista Vladimir Herzog em 25 de outubro de 1975. Ou seja, a tortura não ocupou as páginas da revista inglesa a não ser em situações específicas.

A revista publicou o primeiro *survey*²¹ sobre o Brasil em 1972, mesmo ano em que a Anistia Internacional propalou o “Report on allegations of torture in Brazil”²².

De acordo com Green (2010), antes do Dossiê, a Anistia Internacional lançou dois relatórios menores, um incluía o nome de 1081 vítimas de tortura e o segundo listava os torturadores. Estes foram objeto de uma reportagem do *The Times* que cita o advogado francês M. Georges Pinet: ““In Brazil torture is not the expression of a passing crisis or a single scandalous phenomenon, but it is an integral part of the political system which affects a growing proportion of the population”” (Clifford, 6 set. 1972, p. 6).

Na revista, nada foi publicado sobre os documentos apresentados pela Anistia Internacional. E assim segue até 1974. O tema da tortura desapareceu, o que não aconteceu em outros veículos da mídia inglesa. No *The Times*, entre 1973 e 1974 cerca de duas dezenas de artigos abordaram a temática. O mesmo pode ser visto no *The Guardian*²³.

²¹ *Surveys* são reportagens especiais, com encarte e paginação próprios. O *survey* de 2 de setembro de 1972 “The moving frontier – a survey of Brazil” contava com 25 artigos distribuídos em oitenta páginas, boa parte delas com propagandas de empresas convidando o investidor internacional a apostar no Brasil. A editoria coube a Robert Moss, correspondente especial da *Economist* entre 1970 e 1980.

²² Desde 1970, a Anistia Internacional tentava investigar as violações dos direitos humanos. Nesse ano, enviou uma delegação à embaixada do Brasil em Londres e manifestou preocupação com as constantes denúncias de tortura. O pedido foi recusado e a resposta do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa foi que se o Brasil, um dia desse acesso à comunidade internacional a assuntos que interessam apenas à jurisdição interna, isso seria feito através da Organização das Nações Unidas (ONU) e, não, para a Anistia Internacional. Mesmo com as negativas de acesso, a investigação continuou, recorrendo principalmente a informações ofertadas por exilados e pela Igreja (Power, 1981).

²³ Por exemplo: STEPHENS, Graham R., Prevalence of torture. **The Times**, 6 mar. 1973.; Bishops denounce Brazil's regime as oppressive. **The Times**, 19 mai. 1973.; The Pope's plea to Brazil on human rights. **The Times**, 29 ago. 1973.; Growth And Repression In Brazil. **The Times**, 16 jan. 1974.; British journalist rejects Brazilian charges. **The Times**, 5 out. 1974. No *Guardian*: ROPER, Christopher. Crisis building in Brazil. **The Guardian**, 12 mai. 1973.; 'Torture, murder, hunger' in Brazil. **The Guardian**, 19

Por exemplo, o desaparecimento da professora da Universidade de São Paulo Ana Rosa Kucinski Silva mobilizou vários veículos da imprensa internacional. Nos Estados Unidos, há registros de notícias no *New York Times* e no *Washington Post*. No Reino Unido, o *The Guardian* publicou sobre a busca feita pelo seu pai e seu irmão, Bernardo Kucinski e chamou os desaparecimentos no Brasil de *epidemia*. O *The Times* publicou a carta de Christopher Roper escrita a pedido de Kucinski, intitulada “Life in Brazil” e assinada por outras nove pessoas (Roper, 17 ago. 1974; Roper *et al.*, 5 fev. 1975).

Na *Economist*, foi apenas a morte de Vladimir Herzog que fez o tema reaparecer:

A well-known Brazilian television journalist, Vladimir Herzog, was found hanging in a room in the São Paulo military headquarters with his feet still on the ground; military police lamely explained that he had confessed to being a communist and committed suicide (We set the rules, 13 dez. 1975).

Podemos dizer que o caso Herzog despertou a publicação. “Strange suicides” é o primeiro artigo em que eleva o tom da crítica: “Deaths by torture are usually disguised as road accidents or attempted escapes”. A versão oficial apareceu contestada chamando-se atenção para outro caso na mesma delegacia. Concluía: “The treatment of political prisoners, usually accused of links with the banned Communist party, remains the most conspicuous boil on Brazil’s body politics” (Strange suicides, 31 jan. 1976, p. 53). Mesmo assim, elogiou a postura de Geisel, sua preocupação com abusos do Segundo Exército e a conseqüente demissão do General D’Ávila Melo.

A excepcionalidade da cobertura dada ao caso Herzog fica patente quando se contabiliza que apenas um, dos trinta artigos do *survey* de 1976, mencionou os casos de desrespeito aos direitos humanos²⁴. Neste, o Segundo Exército foi descrito como um dos maiores centros de tortura, responsável pelas mortes do jornalista e de Manoel Fiel Filho. Calculava ainda cerca de mil presos políticos conhecidos e outros mil que nunca foram divulgados oficialmente.

Nesse artigo, o delegado Sérgio Paranhos Fleury apareceu pela primeira vez na revista. Afirmou que os centros de tortura teriam sido deslocados para o interior, com o

mai. 1973.; KEATLEY, Patrick. Brazilian rebels 'tortured after being abducted'. **The Guardian**, 19 fev. 1974.

²⁴ O título do *survey* é “Change in Direction: a survey of Brazil”. Teve 64 páginas, boa parte delas dedicadas a propagandas de empresas brasileiras abertas ao investimento estrangeiro. Foi realizado sob a editoria de Robert Harvey, diretor assistente da *Economist*, político do Partido Conservador Britânico.

objetivo de burlar a reprovação da prática pelo presidente²⁵. No texto, mais um exemplo de como o discurso de que a tortura era realizada contra o comando central foi absorvido:

One member of the security forces in Niteroi, Sergio Paranhos Fleury, has been indicted on 22 charges of murder, without a single case ever being brought to court, usually for lack of witnesses [...] opposition reports suggest that the torture centres have been moved out of the major cities, from under the disapproving eye of the president, to remote locations of the country (You won't budge us, 31 jul. 1976, p. 45).

No *survey* de 1979²⁶, a tortura foi mencionada numa referência aos anos mais severos:

Student pseudo-revolution and urban guerrilladom then spread across Latin America.
It was met in Brazil in 1968-1973 by deterrent torture (putting students briefly into prison and given them a few weeks of a rather worse time than fags had in minor British public schools in the 1930s, so that Brazilian students then did not want to be imprisoned again) and by much crueller investigative torture (so that those with information about urban guerrillas quickly squealed) (The importance of not being Ernesto, 4 ago 1979, p. 4).

Nos editoriais, a primeira referência à tortura acontece apenas em 1980. Mesmo trazendo, finalmente, o assunto para a seção mais importante da revista, o que se pode verificar foi que ele veio associado à ideia de que as organizações que lutaram contra a ditadura no Brasil praticaram terrorismo:

Many Latin American countries (Uruguay, Argentina, Bolivia, Brazil) have discovered that terrorism can be virtually stamped out if the security forces are given a free hand. When the police can control people's movements, search buildings at will, round up suspects and torture them, and put pressure on their relatives and friends, fear soaks up terrorism support. But the price of a no-holds-barred struggle is large (Into terrorist hands (ed.), 9 fev. 1980, p. 18).

Esperávamos encontrar mais referências à tortura nos artigos e reportagens do que nos editoriais, não só devido ao maior número de textos selecionados, mas também

²⁵ Essa é provavelmente uma referência aos centros clandestinos de Petrópolis e Itapevi. Sobre Fleury, foi delegado em São Paulo e colaborou com as forças repressivas do Rio de Janeiro, inclusive no episódio do assassinato de Carlos Marighella. O regime era conivente com o delegado. Em 1973, sua prisão preventiva foi decretada, suspeito de 20 assassinatos. Para que ele fosse solto, providenciou-se uma mudança no Código de Processo Penal (CPP). A Lei nº 5.941, de 22 de novembro de 1973, que alterava os artigos 408, 474, 594 e 596 do CPP ficou conhecida como Lei Fleury.

²⁶ De 4 de agosto de 1979. Intitulado "Oh Brazil: a survey" tem 22 páginas, nove de anúncios. Norman Macrae foi o responsável, era subeditor da *Economist*, tendo trabalhado de 1949 a 1988.

pela maior liberdade dos articulistas, mas o total silêncio dos editoriais de 1964 a 1980 deve ser ressaltado.

Entretanto, é preciso lembrar que na *Economist* não existem matérias assinadas, a não ser aquelas nos *surveys*. Dessa forma, é difícil separar a opinião da revista e a opinião do repórter. Dito isso, nota-se que a crítica à tortura está longe de ser dominante. O periódico não se furta a opinar em outros tipos de questão, principalmente econômicas, mas aparece pouco quando o assunto é o desrespeito aos direitos humanos.

Essa postura é ainda mais notável quando olhamos para o que foi publicado na revista e fazemos o contraponto com o *The Times*. Um jornal, tradicional e de perspectiva moderada deu destaque muito maior às violações dos direitos humanos no Brasil. Acredita-se que esta foi uma escolha da *Economist*, deixar de noticiar essas situações sempre que possível, contribuiria para a formação de uma imagem mais positiva do país, atrativa para os negócios.

6 A *Economist* e as violações de direitos humanos que envolviam a Igreja Católica

As relações entre o Estado e a Igreja são relevantes na nossa análise, não apenas porque a Igreja Católica sempre foi profundamente influente no Brasil - em 1964, apoiou majoritariamente o Golpe; com as denúncias de violações dos direitos humanos foi se afastando do poder central - mas também porque sua vinculação com alguns setores da resistência é importante para a *Economist*. O elo de religiosos com organizações de esquerda adquiriu tamanha expressão que a ordem dos dominicanos chegou a ser considerada base de apoio da Ação Popular (AP) pela Central Intelligence Agency (CIA) e o jornal o *Estado de S. Paulo* publicou um editorial em que solicitava sua expulsão do país (Serbin, 2001; Gaspari, 2002).

A morte do estudante Edson Luiz marcou o fim das relações cordiais entre as duas instituições. A mobilização que sucedeu o assassinato, desde o velório até a missa de sétimo dia foi fortemente reprimida pelos militares, mas teve o apoio de vários setores do clero. Neste sentido: “A erosão da estrutura institucional da sociedade brasileira chegara a um ponto em que só restava a Igreja como força política organizada capaz de se mobilizar em defesa dos direitos humanos” (Gaspari, 2002, p. 226).

As relações da Igreja com a ditadura militar estavam num momento de tensão. Houve várias prisões de religiosos, torturas e atentados como o de 26 de outubro de 1968, quando a casa de Dom Helder Câmara, em Recife, foi alvo de uma saraivada de tiros. A perseguição culminou no assassinato do Padre Antônio Henrique Pereira Neto, auxiliar do bispo, em 27 de maio de 1969 (Gaspari, 2002).

Ainda em 1968, o delegado Fleury investigou a ligação de membros da Igreja com o líder de esquerda, Carlos Mariguella. Frei Ivo e Frei Fernando foram presos e levados para o Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) no Rio de Janeiro. O delegado os aguardava, no dia seguinte foram para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e dois dias depois o Convento das Perdizes foi invadido. O desfecho foi o assassinato de Carlos Marighella, considerado a maior vitória das forças de repressão (Gaspari, 2002).

Os relatos da tortura e da violência policial contra religiosos começam a ser frequentes fora do Brasil. Uma carta assinada por 38 padres de Minas Gerais foi a primeira denúncia publicada no exterior. Enviada em julho de 1969 e chega às páginas da *Politique d'Aujord'hui*, revista católica francesa, em dezembro. Elencava os locais em que eram realizados os flagelos em Belo Horizonte e quais eram as técnicas mais comuns (Gaspari, 2002).

Em 1970, há uma sucessão de denúncias. Além do cardeal canadense Maurice Roy apresentar dossiês sobre torturas aplicadas nas prisões, o Papa Paulo VI recebeu Dom Hélder Câmara no Vaticano. No dia 25 de março, em pronunciamento na Basílica de São Pedro, o Papa levantou a questão da tortura no Brasil: “Pela própria honra de algumas nações que nos são queridas, só podemos desejar um desmentido de fatos nos casos de torturas policiais que lhes são atribuídas” (Gaspari, 2002, p. 279).

Em novembro, Dom Paulo Evaristo Arns assumiu a arquidiocese de São Paulo. Havia uma nítida movimentação da Igreja no sentido de oferecer sustentação às denúncias e isso também mobilizou a imprensa internacional. O posicionamento de Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Ivo Lorscheider e Dom Helder Câmara, foi importante. Os bispos tinham canal aberto com a mídia estrangeira e suas denúncias foram fundamentais para que a opinião pública internacional tomasse conhecimento do que acontecia no Brasil.

The Times contabilizava que até novembro de 1969 cerca de trinta membros da Igreja estariam presos (P.H.S, 22 jan. 1970). E faz duas referências à manifestação do Pontífice, na primeira: “The Pope today publicly denounced police torture and

repression in a clear reference to events in Brazil” (Nichols, 26 mar. 1970, p. 5). E, depois de citar as denúncias feitas por Dom Helder, expôs, mais uma vez, a posição do Papa sobre a tortura: “[...] the pope, deploring international evils recently, quoting torture as one such – obviously with Brazil in mind” (Torture in Brazil, 28 mai. 1970, p. 11).

Para as autoridades brasileiras a opinião do Vaticano pareceu ter importado pouco. Em fevereiro de 1970, Frei Tito de Alencar foi levado à Operação Bandeirantes (OBAN), sofreu bárbaras torturas e protagonizou uma das mais tristes histórias do cárcere. A situação do frei foi noticiada na Europa e nos Estados Unidos. No *The Times*:

Another of those released, Senhor Octavio Angelo, a São Paulo mechanic, said he heard scream of young priests tortured at night in São Paulo gaols. ‘One of them, Friar Tito Alencar, who was in the cell near mine, tried to commit suicide by slashing his arm with a razor after he had been tortured for 72 hours with submersion in a bucket of water, electric shocks and no food’, Senhor Angelo said” (Wigg, 18 mar. 1970, p. 10).

Nos Estados Unidos, a revista *Look* publicava o artigo “Brazil: Government by torture” sobre as sevícias sofridas pelo religioso (Green, 2010). O discurso de Dom Helder em Paris também citou o caso: um dominicano teria tentado suicídio por não aguentar o suplício da tortura, o que se tornava regra entre os prisioneiros políticos, resumia o *Times* (Mortimer, 28 mai. 1970).

A *Economist* não se pronunciou sobre as declarações dos líderes católicos. Apontou apenas a divisão na assembleia geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): de um lado, Dom Helder Câmara, crítico ao governo e de outro, o Cardeal Agnelo Rossi que classificou as críticas da imprensa estrangeira sobre a tortura como uma campanha de difamação (Down from the stratosphere, 20 fev. 1971).

No *survey* de 1972, o periódico discutiu o papel da Igreja no artigo “Church Militant” em que analisou a postura de Dom Helder: “By aligning himself with the revolutionary left outside Brazil, he has lost credibility and influence within the church itself” (2 set. 1972, p. 68). Avaliava que certos grupos eram críticos do regime militar, mas que de outro lado, existiriam religiosos como Dom Eugênio Salles que preferiam não opinar sobre a tortura e tinham um diálogo amigável com as Forças Armadas.

Em 1973, mais uma vez, o Papa Paulo VI fez referências ao desrespeito dos direitos humanos. Numa audiência com o embaixador brasileiro para a Santa Sé, Antônio Borges Leal Castelo Branco, disse que o bem comum só poderia ser atingido se

houvesse pleno respeito aos direitos humanos. O apelo do Pontífice foi noticiado pelo *The Times*: “The Pope, in a clear reference to allegations of torture and political repression in Brazil, today urged the Brazilian Government to respect human rights and ensure economic justice” (The Pope's plea to Brazil on human rights, 29 ago. 1973, p. 3). Como na primeira vez, nada foi comunicado na *Economist*. No entanto, no final da década, a revista destacou o posicionamento do Papa, mais conservador, João Paulo II. Para ele, a Igreja na América Latina deveria levantar-se pelos direitos humanos, mas não assumir postura política (For God, not Pinochet or Marx (ed.), 3 fev 1979).

Considerações Finais

Diante do exposto, acredita-se que o posicionamento da imprensa britânica sobre os casos de violação dos direitos humanos no Brasil foi multifacetado. Apesar dos diferentes veículos consultados condenarem a tortura, isso se dá em gradações e em momentos diferentes sendo que a estrutura dos relatos é diversa também.

No entanto, o tema teve certa relevância na imprensa britânica e que essa, assim como a imprensa francesa e a americana, contribuiu para uma campanha internacional de denúncias sobre a situação enfrentada pelos presos políticos brasileiros.

A *Economist* optou, durante muito tempo, por não divulgar enfaticamente as denúncias de violação dos direitos humanos no Brasil. E aqui, mais importante do que averiguar o que a revista publicou é fazer notar o que ela escolheu não publicar. A menor ênfase na questão dos direitos humanos parece ser uma tendência, o que coincide com o período em que há notícias mais favoráveis sobre o *milagre econômico*. O que segue até pelo menos 1975, quando o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado, fato que provoca comoção internacional.

No contraponto principalmente com o *The Times*, mas também com o que foi possível visualizar em outros jornais, como o *The Guardian*, evidenciou-se que a *Economist* teve uma postura singular quanto à violação dos direitos humanos. Mostrou-se mais moderada nas denúncias, não assumindo uma posição clara, ao contrário do que acontece em outros temas. Acredita-se que a publicação faz a opção de não dar relevo a esse assunto, pois economia, comércio e investimentos estavam acima das questões políticas. Em suma, direitos humanos não foram, à época, uma prioridade editorial. O semanário tende, desta forma, a subordinar a política à economia.

Referências Bibliográficas

Artigos de jornais e revistas

ANGRY revolutionaries. **The Economist**, London, England: 17 jul., 1965, p.230.

BACK to Almost Normal. **The Economist**, London, England: 15 mai., 1965, p.754 e ss.

BALANCE of terror. **The Economist**, London, England: 21 mar., 1970, p.32.

BALANCED growth. **The Economist**, London, England: 31 jul., 1976, p.25.

BISHOPS denounce Brazil's regime as oppressive. **The Times**, London, England: 19 mai., 1973, p.4.

BRAZIL Cracks (ed.). **The Economist**, London, England: 4 abr., 1964, p.14 e ss.

BRAZIL DENIES torture story. **The Times**, London, England: 24 jul., 1970, p.5.

BRAZIL'S New Order. **The Economist**, London, England: 26 nov., 1966, p.37.

BRITISH journalist rejects Brazilian charges. **The Times**, London, England: 5 out., 1974, p.7.

BY the right, quick march. **The Economist**, London, England: 17 mai., 1969, p.39 e ss.

CHANGE can only be for the worse. **The Economist**, London, England: 16 nov., 1968, p.31 e ss.

CHURCH militant. **The Economist**, London, England: 2 set., 1972, p.68 e ss.

CLIFFORD, L. Amnesty report names Brazilian 'torturers'. **The Times**, London, England: 6 set., 1972, p.6.

DEATH of a guerrilla. **The Economist**, London, England: 25 set., 1971, p.45.

DOWN from the stratosphere. **The Economist**, London, England: 20 fev., 1971, p.36.

ELEPHANTS can't be pink. **The Economist**, London, England: 4 ago., 1979, p.3 e ss.

END of the game. **The Economist**, London, England: 30 out., 1965, p.482 e ss.

FOR God, not Pinochet or Marx (ed.). **The Economist**, London, England: 3 fev., 1979, p.14.

GORILLAS or Reformers? **The Economist**, London, England: 30 mai., 1964, p.936 e ss.

- GOVERNORS-General. **The Economist**, London, England: 2 set., 1972, p.23 e ss.
- GROWTH and Repression in Brazil. **The Times**, London, England: 16 jan., 1974, p.13.
- GUNS on the streets (ed.). **The Economist**, London, England: 30 ago., 1980, p.10 e ss.
- HARD Right Turn. **The Economist**, London, England: 12 dez., 1964, p.1241 e ss.
- HOW Undemocratic? **The Economist**, London, England: 9 out., 1965, p.134.
- INTO terrorist hands (ed.). **The Economist**, London, England: 9 fev., 1980, p.18.
- KEATLEY, P. Brazilian rebels 'tortured after being abducted'. **The Guardian**, London (UK): 19 fev., 1974, p.2.
- KILLERS in uniform. **The Economist**, London, England: 8 ago., 1970, p.34 e ss.
- LET democracy wait. **The Economist**, London, England: 4 jan., 1969, p.22.
- MCGREGOR, A. Report on Brazil tortures. **The Times**, London, England: 23 jul., 1970, p.4.
- MEND or End. **The Economist**, London, England: 4 abr., 1964, p.31.
- MORTIMER, E. Brazilian prelate calls for 'violence of the peaceful'. **The Times**, London, England: 28 mai., 1970, p.6.
- NICHOLS, P. Pope attacks torture in Brazil. **The Times**, London, England: 26 mar., 1970, p.5.
- NOT so much a miracle. **The Economist**, London, England: 31 jul., 1976, p.15 e ss.
- ONE Way to Win. **The Economist**, London, England: 13 jun., 1964, p.1223.
- P.H.S. The Times Diary. **The Times**, London, England: 22 jan., 1970, p.10.
- POVERTY traps. **The Economist**, London, England: 4 ago., 1979, p.7 e ss.
- REDECORATING the house that Campos built. **The Economist**, London, England: 23 set., 1967, p.1088 e ss.
- ROPER, C. et al. Life in Brazil. **The Times**, London, England: 5 fev., 1975, p.15.
- ROPER, C. Crisis building in Brazil. **The Guardian**, London (UK): 12 mai., 1973, p.3.
- _____. Plea for people who vanish in Brazil. **The Guardian**, London (UK): 17 ago., 1974, p.3.
- ROSES for the Generals. **The Economist**, London, England: 11 abr., 1964, p.131.

RULE by faulty computer. **The Economist**, London, England: 3 set., 1966, p.901 e ss.

SHIPSHAPE, Army Style? **The Economist**, London, England: 18 abr., 1964, p.248.

STEPHENS, G. R. Prevalence of torture. **The Times**, London, England: 6 mar., 1973, p.17.

STRANGE suicides. **The Economist**, London, England: 31 jan., 1976, p.53.

THE FIGHT goes on (ed.). **The Economist**, London, England: 2 fev., 1980, p.5 e ss.

THE GENERAL and black beans. **The Economist**, London, England: 19 fev., 1966, p.696 e ss.

THE GNAT that stung Brazil into a spasm. **The Economist**, London, England: 21 dez., 1968, p.16.

THE IMPORTANCE of not being Ernesto. **The Economist**, London, England: 4 ago., 1979, p.4 e ss.

THE POPE'S plea to Brazil on human rights. **The Times**, London, England: 29 ago., 1973, p.3.

THOSE without hope. **The Economist**, London, England: 23 jan., 1971, p.34.

THREE in One. **The Economist**, London, England: 6 jun., 1964, p.1156.

TORTURE in Brazil. **The Times**, London, England: 28 mai., 1970, p.11.

TORTURE OF political prisoners in Brazil. **The Times**, London, England: 21 nov., 1969, p.6.

'TORTURE, MURDER, hunger' in Brazil. **The Guardian**, London (UK): 19 mai., 1973, p.3.

WE set the rules. **The Economist**, London, England: 13 dez., 1975, p.58.

WHAT follows? **The Economist**, London, England: 2 set., 1972, p.25.

WHERE is the revolution? **The Economist**, London, England: 2 set., 1972, p.71 e ss.

WHO are the terrorists now? **The Economist**, London, England: 6 dez., 1969, p.41.

WIGG, R. Brazil reign of terror. **The Times**, London, England: 4 fev., 1970, p.7.

_____. Nun accuses Brazilian police of tortures. **The Times**, London, England: 18 mar., 1970, p.10.

WIGG, R.; ONIS, J. D.; HEREN, L. Brazil rebels set free US Ambassador. **The Times**, London, England: 8 set., 1969, p.1.

YEAR of the Guerrilla (ed.). **The Economist**, London, England: 13 set., 1969, p.16 e ss.

YOU won't budge us. **The Economist**, London, England: 31 jul., 1976, p.45 e ss.

Livros, capítulos de livros, artigos científicos e outros

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARNS, P. E. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985. Disponível em: < http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&PagFis=2038 >. Acesso em: 16 dez. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade: Mortos e desaparecidos maio de 1974 - outubro de 1985**, 2014. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/MortoseDesaparecidos_Maiode1974-Outubrode1985.pdf >. Acesso em: 16 dez. 2014.

CÂMARA, D. H.; LAMARTINE, J. Em defesa da pessoa humana. Dom Hélder pastor da liberdade - website, s/ano. Disponível em: < <http://www.pe-az.com.br/dh/1969.htm> >. Acesso em: 13 out. 2014.

CODATO, A. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História. Questões e Debates**, n. 40, p. 11-36, 2004. Disponível em: < <http://works.bepress.com/adrianocodato/25/> >. Acesso em: 10 out. 2014.

D'ARAÚJO, M. C. S. O AI-5. FGV/CPDOC, s/ano. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> >. Acesso em: 10 out. 2014.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GORENDER, J. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GREEN, J. N. **We cannot remain silent: opposition to the Brazilian military dictatorship in the United States**. Durham, N.C.; London: Duke University Press, 2010.

MARTINS FILHO, J. R. **Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

_____. **Segredos de Estado: o governo britânico e a tortura no Brasil (1969-1976)**. 2015. 234 p. Tese (Professor Titular). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos

POWER, J. **Amnesty International: the human rights story**. Oxford: Pergamon Press, 1981.

SALES, C. M. R. **O Brasil na Economist: pensando a influência do perfil político-ideológico da revista na formação da imagem internacional do país**. 2016. 255 p. (Doutorado). Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

SANTOS, W. G. D. **Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

_____. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo: Vértice, 1986.

SERBIN, K. P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, T. E. **The politics of military rule in Brazil: 1964-85**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1988.

TOLEDO, C. N. D. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, C. N. D. (Ed.). **1964: visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 2014.

WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.